

Companhia Transleste de Transmissão

**Demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2014 e 2013
relatório dos auditores independentes**

Conteúdo

Relatório anual da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	6
Balancos patrimoniais	8
Demonstrações de resultados	10
Demonstrações de resultados abrangentes	11
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstrações dos fluxos de caixa	13
Notas explicativas às demonstrações financeiras	14

COMPANHIA TRANSLESTE DE TRANSMISSÃO

CNPJ: 05.974.828/0001-64

Relatório anual da Administração

Aos acionistas

Em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, a Administração da Companhia Transleste de Transmissão apresenta o relatório da administração e as demonstrações contábeis da Companhia relativos ao exercício de 2014, acompanhados do relatório dos auditores independentes. Toda a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição dos senhores acionistas, a quem, a Diretoria terá o prazer de prestar os esclarecimentos adicionais necessários.

As demonstrações contábeis apresentadas estão em conformidade com o novo padrão contábil estabelecido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC's).

A Companhia

A Companhia Transleste de Transmissão tem como objetivo social principal a prestação de serviços de planejamento, implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica, incluindo os serviços de apoio e administrativos, programações, medições e demais serviços necessários à transmissão de energia elétrica.

Por meio do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 009/2004 - ANEEL, datado de 18 de fevereiro de 2004, celebrado com a União, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, foi outorgada à Companhia a concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica, pelo prazo de 30 anos, que consiste na implantação, manutenção e operação da linha de transmissão de 345 kV, com 138 km de extensão, tendo origem na subestação de Montes Claros, e término na nova subestação Seccionadora de Irapé, ambas no Estado de Minas Gerais.

Sistema de transmissão

As instalações de transmissão da Companhia Transleste de Transmissão integra a Rede Básica do Sistema Interligado Nacional, cuja coordenação e controle da operação de transmissão de energia elétrica estão sob a fiscalização e regulação da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL representado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa de direito privado, sem fins lucrativos e entidade autorizada pelo Ministério de Minas e Energia - MME.

Os serviços de Operação e Manutenção do sistema de transmissão são realizados pela CEMIG, sob a supervisão e fiscalização da Companhia Transleste de Transmissão, tendo apresentado um bom desempenho de suas atividades, sem ocorrência de falhas que viessem a comprometer os serviços de transmissão de energia elétrica.

Disponibilidade da Linha de Transmissão

	31.12.2014	31.12.2013
Dados operacionais:		
Disponibilidade (%)	99,98%	100%

A disponibilidade representa a proporção entre a quantidade de horas em que a linha encontra-se disponível em um determinado período e o total de horas no período considerado.

Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

Dando continuidade ao projeto “Arranjos Técnicos e Comerciais para Inserção da Geração Solar Fotovoltaica na Matriz Energética Brasileira” referente à Chamada nº 013/2011, assinamos o Termo de Compromisso entre as empresas cooperadas com o Grupo Furnas (proponente) e ato contínuo, para andamento do projeto, a Cia Transleste assinou com a parceira executora CEI Solar Empreendimentos um convênio para o cumprimento do Plano de Trabalho proposto por ela.

Em 2014 foi assinado contrato com a Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG para a 2ª Etapa de nosso projeto “Malha de Aterramento de Baixo Valor de Impedância: Avaliação Experimental em Modelo Reduzido e Realização de Medição em uma Malha Real com Corrente de elevado Valor” com duração aproximada de 30 meses. Parte preponderante destes trabalhos serão realizados em laboratórios experimentais da própria UFMG com a técnica de modelo reduzido. Investimentos estes que mais uma vez que a Cia Transleste fará na área de energia elétrica utilizando recursos do Programa P&D.

Programas como estes estão pautados na busca de inovações tecnológicas para fazer frente aos novos desafios do mercado na área de energia elétrica e a Cia Transleste define em seus cronogramas e metas seus investimentos nesta direção.

Responsabilidade Socioambiental

A Cia Transleste mantém em sua Política Ambiental programas e ações mitigadoras que buscam permanentemente minimizar os impactos causados ao meio ambiente.

A sustentabilidade deste empreendimento foi baseada em programas ambientais, sob normas e critérios socioambientais, de maneira a estabelecer o correto equilíbrio entre as ações de engenharia de manutenção e a conservação socioambiental, visando principalmente à integridade de áreas que foram afetadas.

Antecipando ao atendimento do Ofício Circular nº 0022/2013-SFE/ANEEL de 03/09/2013, desenvolvemos no período de 04 a 08 de agosto de 2014 Programas e Ações de Educação Ambiental e Comunicação Social junto à população local e aos trabalhadores envolvidos na manutenção da Linha de Transmissão Montes Claros 2 - Irapé, aprimorando a conscientização na população atingida pela linha de transmissão por meio do processo de sensibilização e mobilização dos mesmos como participantes ativos na transformação do meio em que estão inseridos.

Responsabilidade Socioambiental--Continuação

Com foco destacado em prevenções às Queimadas, esclarecemos e conscientizamos as populações próximas e ao longo da linha de transmissão, realizando palestras nas escolas de cada município atingido pela linha de transmissão com a distribuição de amplo material educativo (sacolas ecológicas, folders, camisetas e bonés). Por meio do programa de Comunicação Social, aleatoriamente, visitamos algumas propriedades prestando informações sobre o empreendimento e esclarecendo cada proprietário/posseiro dúvidas a respeito da linha de transmissão, sua importância, riscos e problemas que certas atividades oferecem quando praticadas próximas a ela, tornando-se assim, um relacionamento harmonioso entre a comunidade, a Cia Transleste e o meio ambiente.

Contratamos, no mesmo período acima, duas das principais Rádios da região para a divulgação de 10 chamadas por dias de um “spot” educativo com audiências nos municípios por onde passa a linha de transmissão.

O objetivo do trabalho foi alertar a comunidade para os problemas ambientais que acontecem na região, promovendo conhecimentos, habilidades, atitudes e competência individuais e coletivas, voltados para conservação dos recursos naturais e uma melhor qualidade de vida da população atingida pela LT.

Anualmente mantemos ações de conservação, manutenção e limpeza da faixa de servidão e dos acessos às torres, por meio de contratações terceirizadas, bem como, a harmonização e o aspecto visual que compõem as nossas subestações com o ambiente natureza da região.

Quanto a ações sociais a Cia Transleste continua investindo no treinamento de seus colaboradores com vistas ao aprimoramento técnico e melhoria contínua de suas atividades laborais.

Desempenho econômico-financeiro

As demonstrações contábeis apresentadas estão em conformidade com o novo padrão contábil estabelecido pelo International Accounting Standards Boards - IASB e de acordo com a Lei nº 11.638/07, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC's).

Os resultados da Companhia no exercício foram:

	Regulatório	Regulatório	Societário	Societário
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Lucro Líquido	16.540	17.123	20.000	25.036
EBITDA	27.179	25.417	26.834	29.668

Finalmente, queremos deixar externados nossos agradecimentos aos acionistas, funcionários, colaboradores, Seguradoras, Usuários, Agentes financeiros e ao Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da companhia.

A Diretoria



KPMG Auditores Independentes
R. Paraíba, 550 - 12º andar - Funcionários
30130-140 - Belo Horizonte, MG - Brasil
Caixa Postal 3310
30130-970 - Belo Horizonte, MG - Brasil

Central Tel 55 (31) 2128-5700
Fax 55 (31) 2128-5702
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Srs. Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Companhia Transleste de Transmissão
Belo Horizonte - MG

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Transleste de Transmissão (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Transleste de Transmissão em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

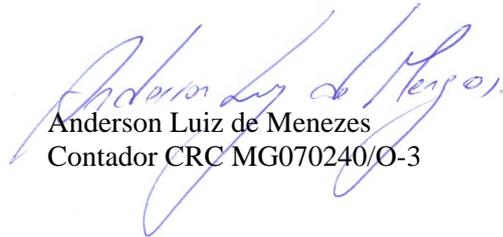
Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 27 de fevereiro de 2014, que não conteve nenhuma modificação.

Belo Horizonte, 04 de março de 2015.

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-MG



Anderson Luiz de Menezes
Contador CRC MG070240/O-3

Companhia Transleste de Transmissão

Balancos patrimoniais 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2014	31/12/2013
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.445	1.069
Títulos e valores mobiliários	6	5.426	842
Contas a receber	7	39.090	35.691
Tributos e contribuições sociais a compensar	8	86	78
Outros		640	386
Total do ativo circulante		46.687	38.066
Não circulante			
Contas a receber	7	121.288	124.079
Títulos e valores mobiliários	6	3.693	3.336
Imobilizado		151	177
Intangível		582	669
Outros		46	474
Total do ativo não circulante		125.760	128.735
Total do ativo		172.447	166.801

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Companhia Transleste de Transmissão

Balancos patrimoniais 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2014	31/12/2013
Passivo			
Circulante			
Fornecedores		161	160
Empréstimos, financiamentos e debêntures	9	7.462	4.735
Dividendos a pagar	13	4.750	2.446
Provisões pré-operacionais		-	1.499
Tributos e contribuições sociais	8	1.492	1.334
Taxas regulamentares	10	980	807
Outros		-	630
Total do passivo circulante		14.845	11.611
Não circulante			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	9	87.634	36.944
Tributos diferidos	8	4.805	4.816
Taxas regulamentares	10	-	120
Provisões pré-operacionais	11	1.499	-
Outros		1.896	25
Total do passivo não circulante		95.834	41.905
Patrimônio líquido			
Capital social	13	49.569	49.569
Reservas de lucros		12.199	63.716
		61.768	113.285
Total do passivo e patrimônio líquido		172.447	166.801

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Companhia Transleste de Transmissão

Demonstração dos resultados 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2014	31/12/2013
Receita operacional líquida	15	30.307	33.398
Custo de operação			
Pessoal		(332)	(364)
Material		(16)	(90)
Serviços de terceiros		(1.490)	(1.538)
Taxa de fiscalização		(12)	(131)
Outras		(44)	(58)
		(1.894)	(2.181)
Lucro operacional bruto		28.413	31.217
Despesas operacionais			
Pessoal e administradores		(987)	(955)
Material		(9)	(15)
Serviços de terceiros		(522)	(495)
Outras		(318)	(199)
		(1.836)	(1.664)
Resultado do serviço		26.577	29.553
Resultado financeiro			
Receita financeira	16	1.005	579
Despesa Financeira	16	(6.258)	(3.832)
		(5.253)	(3.253)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		21.324	26.300
Imposto de renda	14	(888)	(743)
Contribuição social	14	(447)	(389)
IR e CS diferidos	8	11	(132)
		(1.324)	(1.264)
Lucro líquido do exercício		20.000	25.036
Lucro por ações		0,40	0,51

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Companhia Transleste de Transmissão

Demonstração dos resultados abrangentes 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais)

	31/12/2014	31/12/2013
Lucro líquido do exercício	20.000	25.036
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	<u>20.000</u>	<u>25.036</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Companhia Transleste de Transmissão

Demonstração das mutações do patrimônio líquido 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais)

	Reserva de lucros				Lucros acumulados	Total
	Capital Social	Legal	Lucros retidos	Dividendos adicionais propostos		
Saldo em 31 de dezembro de 2012	49.569	4.735	39.891	9.238	-	103.433
Distribuição de dividendos - AGO	-	-	-	(9.238)	-	(9.238)
Lucro líquido	-	-	-	-	25.036	25.036
Dividendos declarados	-	-	-	-	(2.446)	-
Reserva legal	-	1.252	-	-	(1.252)	-
Dividendos Intermediários	-	-	-	-	(3.500)	(3.500)
Transferência para reservas de lucros	-	-	7.913	9.925	(17.838)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2013	49.569	5.985	47.806	9.925	-	113.285
Distribuição de dividendos - AGO	-	-	(47.806)	(9.925)	-	(57.731)
Lucro líquido	-	-	-	-	20.000	20.000
Dividendos Declarados	-	-	-	-	(4.750)	-
Reserva legal	-	1.000	-	-	(1.000)	-
Dividendos Intermediários	-	-	-	-	(9.036)	(9.036)
Transferência para reservas de lucros	-	-	-	5.214	(5.214)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	49.569	6.985	-	5.214	-	61.768

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Companhia Transleste de Transmissão

Demonstração dos fluxos de caixa 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais)

	31/12/2014	31/12/2013
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	20.000	25.036
Itens que não afetam as disponibilidades:		
Depreciação e amortização	148	23
Receitas de aplicação	(950)	(413)
Variações monetárias e cambiais líquidas	6.144	3.644
	<u>25.342</u>	<u>28.290</u>
(Aumento) redução no ativo		
Concessionárias e permissionárias	(513)	15
Ativo financeiro indenizável	368	(4.274)
Tributos e contribuições sociais	(8)	(2)
Outros ativos	(290)	(476)
	<u>(443)</u>	<u>(4.737)</u>
Aumento (redução) no passivo		
Fornecedores	2	41
Tributos diferidos	122	132
Tributos e contribuições sociais	27	176
Taxas regulamentares	(8)	64
Outros passivos	1.238	(781)
	<u>1.381</u>	<u>(368)</u>
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	26.280	23.185
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Resgate de títulos e valores mobiliários	72.793	17.463
Aplicações em títulos e valores mobiliários	(76.784)	(17.315)
Aplicações no Imobilizado	(4)	(54)
Aplicações no Intangível	(31)	(84)
	<u>(4.026)</u>	<u>10</u>
Caixa líquido proveniente das atividades de investimento	(4.026)	10
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Pagamentos de dividendos	(69.214)	(15.370)
Emissão de debêntures	54.858	
Amortização e pagamento de juros do financiamento	(7.522)	(7.826)
	<u>(21.878)</u>	<u>(23.196)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(21.878)	(23.196)
Aumento (redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa	<u>376</u>	<u>(1)</u>
Demonstração do aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa		
Saldo no início do exercício	1.069	1.070
Saldo no final do exercício	1.445	1.069
Aumento (redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa	<u>376</u>	<u>(1)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas as demonstrações contábeis

(Em milhares de reais exceto quando, indicado de forma diferente)

1. Contexto operacional

A Companhia Transleste de Transmissão - TRANSLESTE (a “Companhia” ou “TRANSLESTE”) foi constituída como sociedade anônima de capital fechado em 28 de outubro de 2003 com o propósito específico de exploração de linhas de transmissão de energia elétrica tendo como objeto social planejar, implantar, construir, operar e manter instalações de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos. A Companhia entrou em operação comercial em 18 de dezembro de 2005.

Por se tratar de uma concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, suas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Os serviços de operação e manutenção do sistema de transmissão foram realizados pela CEMIG Geração e Transmissão, sob a supervisão e fiscalização da Companhia.

Pelo Contrato de Concessão n.º 009/2004 - ANEEL, de 18 de fevereiro de 2004, foi outorgado à Companhia, a concessão para construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado - LT Montes Claros - Irapé 345 kV pelo período de 30 anos (fevereiro/2034).

A Receita Anual Permitida (RAP) da concessionária é definida pelo poder concedente, a ANEEL, e fixada anualmente, para períodos definidos como ciclos que compreendem os meses de junho a julho do ano posterior, por meio de Resoluções Homologatórias. De acordo com o Contrato de Concessão, a partir do 16º ano de operação comercial a RAP será reduzida em 50% do valor vigente no 15º ano até o final do prazo de concessão.

Contrato de concessão				
Número	Prazo (anos)	Vigência até	RAP (*)	Índice de correção
009/2004	30	28/02/2034	34.736	IGP-M

(*) A RAP informada está conforme Resolução Homologatória ANEEL nº 1.756/2014.

Os Contratos de Concessão estabelecem que a extinção das concessões determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Diante disso, a Administração da Companhia infere que ao final do prazo de concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Companhia, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 compreendem as demonstrações contábeis preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das demonstrações contábeis em 04 de março de 2015.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Não há informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

2.5 Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não são realizadas na moeda funcional da entidade, foram convertidas pela taxa de câmbio na data em que as transações foram realizadas.

3. Sumário das principais práticas contábeis

3.1 Instrumentos financeiros

3.1.1. Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, sendo utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

Recebíveis

A Companhia classifica os saldos de concessionárias e permissionária como recebíveis, os quais são representados por instrumentos financeiros não derivativos com recebimentos fixos, e que não estão cotados em um mercado ativo. Os recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são ajustados posteriormente pelas amortizações do principal e por ajuste para redução ao seu provável valor de recuperação.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual indicação de redução no seu valor de recuperação dos ativos (*impairment*). Os ativos são considerados irrecuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o seu reconhecimento inicial e que tenham impactado o seu fluxo estimado de caixa futuro.

Contratos de concessão

De acordo com o ICPC 01 (IFRIC 12), as infraestruturas desenvolvidas no âmbito dos contratos de concessão não são reconhecidas como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que o concessionário não possui a propriedade, tampouco controla a utilização dessa infraestrutura, passando a ser reconhecidas de acordo com o tipo de compromisso de remuneração a ser recebida pelo concessionário.

No caso dos contratos de concessão de transmissão de energia, entende-se que o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão na utilização do modelo de ativo financeiro.

3.1.2. Passivos financeiros

Os passivos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, no caso de empréstimos, financiamentos e debêntures não conversíveis, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Fornecedores, empréstimos, financiamentos e debêntures são classificados como empréstimos e recebíveis.

3.1.3. Apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquido no balanço patrimonial somente se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.2 Estoques

Os materiais e equipamentos em estoque são classificados no ativo circulante (almoxarifados de manutenção) e são demonstrados ao custo médio de aquisição

3.3 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia não identificou nenhum indicador, por meio de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos.

3.4 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.5 Tributação

3.5.1. Impostos sobre a receita

As receitas de estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) - 0,65%
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 3,00% ;

3.5.2. Imposto de renda e contribuição social:

- *Correntes*

O Imposto de renda e a Contribuição social da Transleste são calculados pelo regime de lucro presumido.

- *Diferidos*

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

3.6 Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos monetários de curto e longo prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Utiliza dados de cenários macroeconômicos por meio do boletim Focum e *inputs* de informações técnicas baseado no negócio da Companhia.

3.7 Reconhecimento da receita/transmissão de energia elétrica

A receita de venda inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia.

3.7.1. Receita de implantação de infraestrutura

A Companhia reconhece a receita da prestação de serviços de transmissão em conformidade com a normativa contábil da ICPC 01.

A Companhia é abrangida pelo escopo do ICPC 01 (IFRIC 12), registra o desenvolvimento de infraestrutura ou melhoria da infraestrutura da concessão de acordo com o CPC 17 (IAS 11) e CPC 30 (IAS 18). -Durante a fase de implantação a receita é reconhecida pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço prestado. Na contabilização dessas receitas a Administração da Companhia e de suas controladas avaliam questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação dos serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, levando em consideração que os projetos devem cobrir os custos em questão, além de determinadas despesas do período. Consequentemente, a Companhia não identificou nenhuma margem de lucro líquido nessa fase.

3.7.2. Receitas de remuneração dos ativos da concessão

Corresponde à remuneração do investimento na implantação de infraestrutura e é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante o prazo de vigência do instrumento sobre o valor do investimento.

3.7.3. Receitas de operação e manutenção

Após a fase de implantação de infraestrutura inicia - se a fase de operação e manutenção, onde essa receita, é reconhecida pelo valor justo de maneira suficiente para cobrir os respectivos custos.

3.7.4. Receita de juros

A receita de juros decorrente de aplicações financeiras é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido.

3.8 Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do resultado por ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

3.9 Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM n°. 547, de 13 de agosto de 2008, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (IAS 7) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

4. Pronunciamento do IFRS

4.1. Novas normas, alterações e interpretações de normas

A Companhia adotou todos os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC e pelo IASB, bem como as normas emitidas pelo órgão regulador, com aplicação obrigatória para os exercícios iniciados a partir de 01 de janeiro de 2014. Dentre estes, as normas que foram adotadas pela primeira vez não causaram impacto relevante nas demonstrações contábeis da Companhia.

A Companhia não adotou antecipadamente nenhuma norma ou pronunciamento cuja adoção não fosse obrigatória nesse exercício. As seguintes IFRS novas e revisadas foram emitidas durante o exercício de 2014 cujas datas de adoção inicial ainda não se efetivaram: IFRS 9, IFRS 15, e modificações às IFRS 11/CPC 19(R2), IAS 16/CPC 27, IAS 38/CPC 04 (R1) e IAS 41/CPC 29.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2014	31/12/2013
Caixa	6	4
Bancos	1.439	1.065
	1.445	1.069
	1.445	1.069

6. Títulos e valores mobiliários

	31/12/2014	31/12/2013
Fundo de investimentos	9.119	4.178
	9.119	4.178
	9.119	4.178
Circulante (1)	5.426	4.178
Não circulante (2)	3.693	-

Em 2014 e 2013, os Fundos de Investimento referem-se a:

- (1) Fundo de Investimento: BB Amplo Fic Fi Renda Fixa Crédito Privado com remuneração pós-fixada variando em torno de 102,74% do CDI; e
- (2) Fundo de Investimento restrito: Carteira de títulos públicos vinculados ao financiamento com o BNB com remuneração de 99% do CDI.

7. Contas a receber

	31/12/2014	31/12/2013
Concessionárias e permissionárias (7.1)	3.928	3.407
Concess. e permissionárias - partes relacionadas	458	402
Ativo financeiro (7.2)	155.991	156.361
	160.377	159.770
<hr/>		
Ativo circulante	39.090	35.691
Ativo não circulante	121.288	124.079

7.1. Concessionárias e permissionárias

Refere-se à apuração do valor a receber dos usuários do sistema de transmissão informado mensalmente pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), os quais possuem seguro garantia.

7.2. Ativo financeiro

A infraestrutura implantada na atividade de transmissão que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado da Companhia é, ou será, recuperada por meio de dois fluxos de caixa, a saber:

- a)* Parte por meio da Receita Anual Permitida - RAP recebida durante o prazo definido pelo contrato de concessão;
- b)* Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão-

Movimentação do ativo financeiro da concessão em 31 de dezembro de 2014:

Saldo em 31 de dezembro de 2012	152.086
Remuneração do ativo financeiro	31.773
Custo de concessão	3.700
Realização do ativo financeiro	(31.199)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	156.360
Remuneração do ativo financeiro	28.841
Custo de concessão	3.701
Realização do ativo financeiro	(32.911)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	155.991

As contas a receber - ativos financeiros incluem os valores a receber decorrentes da implantação de infraestrutura, da receita financeira e da operação e manutenção, bem como o valor do ativo indenizável, referente ao montante que o concessionário terá direito quando do término do contrato de concessão. A Companhia considera que o valor da indenização a que terá direito deve corresponder ao valor novo de reposição ajustado pela depreciação acumulada de cada item.

As contabilizações de adições subsequentes ao ativo financeiro somente ocorrerão do desenvolvimento de infraestrutura relacionado com ampliação/melhoria/reforço da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional.

c) Tributos e contribuições sociais

	31/12/2014	31/12/2013
Ativo circulante		
PIS/COFINS/CSLL - Lei 10.833/2003	42	43
IRRF a compensar	44	35
	86	78
Passivo circulante		
IRPJ	810	671
CSLL	343	289
COFINS	236	234
Outros	103	140
	1.492	1.334
Passivo não circulante		
IR e CS diferidos (a)	4.805	4.816

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos decorrem do reconhecimento dos efeitos da adoção da ICPC 01 e OCPC 05 - contratos de concessão, e foram mensurados pelas alíquotas aplicáveis nos períodos nos quais se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, considerando, inclusive, o final do período de fruição do benefício fiscal.

a) IR e CS diferidos

Saldo em 31/12/2010	4.607
Imposto diferido reconhecido no resultado	77
	4.684
Saldo em 31/12/2011	4.684
Imposto diferido reconhecido no resultado	132
	4.816
Saldo em 31/12/2012	4.816
Imposto diferido reconhecido no resultado	(11)
Saldo em 31/12/2013	4.805

8. Empréstimos, financiamentos e debêntures

	2014					2013
	Circulante			Não Circulante		Total
	Principal	Encargos	Total	Principal e encargos	Total	
Moeda Nacional						
BNB (a)	780	44	824	7.425	8.249	9.010
BDMG (b)	2.552	145	2.697	23.394	26.091	28.657
Debêntures		2.592	2.592	54.915	57.507	-
	3.332	2.781	6.113	85.734	91.847	37.667
Moeda Estrangeira						
BDMG (PEM) (c)	1.267	82	1.349	1.900	3.249	4.012
	4.599	2.863	7.462	87.634	95.096	41.679

Os financiamentos tiveram como finalidade a implantação do sistema de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado - LT Montes Claros - Irapé 345 Kv, e tem como garantia o penhor de ações, penhor de direitos emergentes do contrato de concessão, fiança, fundo de liquidez e seguro garantia de obrigações públicas.

Os saldos devidos são provenientes de:

- (a) Contrato de financiamento no valor original de R\$ 15.000 obtido do Banco do Nordeste do Brasil - BNB por meio de recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE-PROINFRA. Conforme contrato estava sujeito a encargos de até 12% ao ano, e após ajustes com base na legislação vigora o percentual de 9,5% pagos trimestralmente durante o período de carência fixado em 18 meses, e mensalmente, após esse período, serão pagos em 222 prestações mensais, vencendo-se a primeira em outubro de 2006 e a última em março de 2025.
- (b) Contrato de financiamento no valor original de R\$ 47.000, obtido do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais - BDMG. Conforme contrato estava sujeito a encargos de até 12% ao ano, e após ajustes com base na legislação vigora o percentual de 10%, pagos trimestralmente durante o período de carência fixado em 18 meses, e mensalmente, após esse período, serão pagos em 222 prestações mensais, vencendo-se a primeira em outubro de 2006 e a última em março de 2025.
- (c) O Banco BDMG creditou a favor da Companhia o valor de R\$ 12.971 equivalentes a US\$ 5.000, oriundo de recursos captados pelo Banco do Nordeste do Brasil - BNB em moeda estrangeira originários do Programa de Expansão de Mercados para Pequenas e Médias Empresas no Nordeste do Brasil - PEM. Está sujeito a encargos de 5% ao ano acima da taxa variável definida com base na taxa de juros devida pelo BNB ao BID. Os juros serão calculados dia a dia pelo método hamburguês e tem vencimento em 31 de julho de 2005, 31 de janeiro de 2006, 31 de julho de 2006 e semestralmente juntamente com as prestações de principal durante o período de amortização. O principal será amortizado em 21 prestações semestrais e sucessivas, vencendo a primeira em janeiro de 2007 e a última em janeiro de 2017.

Os recursos contratados referentes a Debêntures foram de R\$ 55.000, emitidas em 07/08/2014 em espécie quirografárias, sem garantias por meio do Itaú Unibanco S.A.. O prazo da operação é de 06 anos com vencimento em 07/08/2020, as amortizações e pagamentos de juros trimestral sendo o 1º pagamento em 07/08/2016. Quanto a remuneração, renderão juros a 100% variação acumulada DI (dia) somados a taxa efetiva de 1,0975% ao ano. O resgate antecipado poderá ocorrer a partir do 24º mês da data da emissão.

A Companhia tem a obrigação de cumprir com o limite da dívida líquida no montante de R\$ 89.000 para a 1ª emissão de debêntures, acrescido de atualização pelo IGPM.

Não existem cláusulas restritivas (*covenants*) para os contratos acima.

Os vencimentos anuais das parcelas do principal dos financiamentos a longo prazo são os seguintes:

	Moeda nacional			Moeda estrangeira	Total
	BNB	BDMG	Debêntures	BDMG (PEM)	
2016	1.139	2.552	6.461	1.267	11.419
2017	862	2.552	12.921	633	16.968
2018	748	2.552	12.921	-	16.221
2019	747	2.552	12.921	-	16.220
2020	750	2.552	9.691	-	12.993
Após 2020	3.179	10.634		-	13.813
	7.425	23.394	54.915	1.900	87.634

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrado conforme a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2012	45.861
Variação Monetária e Cambial	541
Provisões de juros	3.103
Juros pagos	(3.492)
Amortizações de principal	(4.334)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	41.679
Variação Monetária e Cambial	370
Ingresso de dívidas	54.858
Provisões de juros	5.711
Juros pagos	(3.100)
Amortizações de principal	(4.422)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	95.096

9. Taxas regulamentares

	31/12/2014	31/12/2013
Quota de Reserva Global de Reversão - RGR	33	65
Pesquisa e Desenvolvimento - P & D	885	693
Taxa de Fiscalização ANEEL	62	169
Total	980	927
Circulante	980	807
Não Circulante	-	120

10. Provisões pré-operacionais

	31/12/2014	31/12/2013
Meio Ambiente	99	99
EPC Pré-Operacional	1.400	1.400
	1.499	1.499

Corresponde à estimativa de custos adicionais incorridos durante a construção das linhas de transmissão da Companhia (LT Montes Claros - Irapé) que foi provisionado na unitização e até o momento não utilizado.

11. Partes relacionadas

Contrato fase de operação:

- CEMIG Geração e Transmissão para execução dos serviços de operação e manutenção da linha de transmissão associadas às obras das SEs Montes Claros e Irapé.
- CEMIG Geração e Transmissão para compartilhamento de instalação SE Montes Claros 2 pertencente a Rede Básica de propriedade da CEMIG.
- Companhia Transleste de Transmissão: Contrato de CCI entre Transleste e Transirapé: para compartilhamento de conexões do sistema de transmissão da SE Irapé.
- A Transleste possui contrato de prestação de serviço de transmissão de energia elétrica com CEMIG e Furnas.

Demonstração do resultado	31/12/2014	31/12/2013
Serviços prestados para parte relacionada		
CEMIG	2.771	2.140
FURNAS	1.449	1.496
Transirapé	104	97
Serviços tomados com parte relacionada		
CEMIG	951	904
Ativo Circulante	31/12/2014	31/12/2013
Concessionárias e Permissionárias - parte relacionada		
CEMIG	289	233
FURNAS	169	169
Passivo Circulante		
Fornecedores - parte relacionada		
CEMIG	79	75

Remuneração do pessoal-chave da administração

Em 2014 a remuneração anual da Administração como Diretoria e Conselho foi no total de R\$ 511 (R\$ 473 em 2013), composto por pró-labore, encargos, benefícios e gratificação.

12. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o capital social subscrito e integralizado era de R\$ 49.569 representado por 49.569.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

A composição acionária da Companhia, em 31 de dezembro de 2014, é a seguinte:

Acionista	Quantidade de ações	
	2013	
	Integralizadas	% do capital
Transminas Holding S/A	20.323.288	40,999995
Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG	12.392.249	24,999997
Furnas Centrais Elétricas S.A.	11.896.559	23,999997
EATE	4.956.899	9,999998
Conselheiros	5	0,000013
	49.569.000	100,00000

b) Reservas de lucro

- Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº. 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

c) Reserva de retenção de lucros

Refere-se ao montante do lucro apurado com base nas práticas contábeis internacionais introduzidas pela Lei nº 11.638/07, superior ao lucro apurado com base nas práticas contábeis anteriores à referida lei. A administração da Companhia entende que tal parcela do lucro deve ser retida.

d) Dividendos propostos

As demonstrações contábeis registram a proposta da Administração da Companhia, sujeita à aprovação dos Acionistas em Assembleia Geral, para distribuição de dividendos mínimos estabelecidos pelo Estatuto (25% do Lucro Líquido após a apropriação da Reserva Legal).

A Companhia distribuiu dividendos intermediários baseado nas demonstrações contábeis intermediárias de 31 de dezembro de 2014, no montante de R\$ 9.036.

Saldo de dividendos a pagar:

Saldo de dividendos a pagar em 31 de dezembro de 2012	2.632
Destinação AGO	9.238
Dividendos pagos no exercício	(11.870)
Dividendos Intermediários 2013	(3.500)
Dividendos mínimos obrigatórios exercício 2013	5.946
Saldo de dividendos a pagar em 31 de dezembro de 2013	2.446
Destinação AGO	57.731
Dividendos pagos no exercício	(60.177)
Dividendos mínimos obrigatórios exercício 2014	4.750
Dividendos Intermediários	(9.036)
Reserva de Lucros Retidos do Exercício 2014	9.036
Saldo de divid. a pagar em 31 de dezembro de 2014	4.750

13. Imposto de renda e contribuição social

A Companhia apura o imposto de renda e a contribuição social com base no lucro presumido, conforme abaixo. A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas do imposto de renda e da contribuição social debitada no resultado é demonstrada como segue:

	31/12/2014		31/12/2013	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita de concessão de transmissão	3.701	3.701	3.700	3.700
Receita de implantação de infraestrutura	-	-	-	-
Remuneração de ativos da concessão	28.840	28.840	31.870	31.870
Total da receita operacional	32.541	32.541	35.570	35.570
Ajustes decorrentes do ICPC	369	369	(4.274)	(4.274)
Receita operacional ajustada	32.910	32.910	31.296	31.296
Alíquota aplicada sobre a receita	8%	12%	8%	12%
	2.633	3.949	2.503	3.755
Receitas financeiras	1.005	1.005	579	579
Base de cálculo	3.638	4.954	3.082	4.334
Alíquotas utilizadas para o cálculo	15% e 10%	9%	15% e 10%	9%
Total	888	447	743	389

A Medida Provisória 449/2008, de 3 de dezembro de 2008 convertida na Lei 11.941/09, instituiu o RTT - Regime Tributário de Transição, que tem como objetivo neutralizar os impactos dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos pela Lei 11.638/07, na apuração das bases de cálculos de tributos federais.

Foram excluídos na apuração das bases de cálculos dos tributos federais da companhia, conforme determinado no RTT, os ajustes contábeis decorrentes da aplicação dos CPC's.

Em 13 de maio de 2014, foi publicada a Lei 12.973, conversão da MP 627/2013 que: (i) altera a legislação tributária federal relativa ao Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, à Contribuição para o PIS/Pasep e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins, (ii) extingue o Regime

Tributário de Transição - RTT, e (iii) dispõe sobre a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas.

A Companhia optou por não adotar antecipadamente os efeitos da Lei 12.973, o exercício dessa faculdade será formalizado por meio da entrega da DCTF informando os fatos geradores referentes a dezembro de 2014. A partir de 1º de janeiro de 2015 essas disposições passarão a ser obrigatórias.

Baseada no princípio da neutralidade, a Companhia não prevê nenhuma alteração significativa em suas estimativas em decorrência da adoção da Lei.

14. Receita operacional líquida

	31/12/2014	31/12/2013
Receita operacional		
Receita de concessão de transmissão	3.701	3.700
Remuneração dos ativos de concessão	28.945	31.870
	<u>32.646</u>	<u>35.570</u>
Deduções da receita operacional		
PIS	(215)	(203)
COFINS	(990)	(939)
Quota para Reserva Global de Reversão - RGR	(828)	(751)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(306)	(279)
	<u>(2.339)</u>	<u>(2.172)</u>
Receita operacional líquida	<u>30.307</u>	<u>33.398</u>

15. Resultado financeiro

	31/12/2014	31/12/2013
Receitas Financeiras		
Varição cambial ativa empréstimos e financiamentos	22	116
Rendimentos fundo reserva	357	246
Rendimentos aplicações financeiras	593	217
Outras receitas financeiras	34	579
	<u>1.006</u>	<u>579</u>
Despesas Financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(6.157)	(3.760)
Outras despesas financeiras	(101)	(72)
	<u>(6.258)</u>	<u>(3.832)</u>
Total do resultado financeiro	<u>(5.252)</u>	<u>(3.253)</u>

16. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

a) Análise dos instrumentos financeiros

A Companhia participa de operações envolvendo ativos e passivos financeiros com o objetivo de gerir os recursos financeiros disponíveis gerados pelas operações. Os riscos associados a estes instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A avaliação destes ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado é feita por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas podem divergir se utilizadas hipóteses e metodologias diferentes.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

Os valores contábeis, tais como aplicações financeiras, contas a receber e a pagar, empréstimos e outros referentes aos instrumentos financeiros constantes nos balanços patrimoniais, quando comparados com os seus valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, representam efetivamente o valor justo.

b) Hierarquia do valor justo

Mensuração do valor justo: a Companhia classifica e divulga os instrumentos financeiros da seguinte forma:

Nível I - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível II- outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e

Nível III- técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, não houve transferência entre avaliações de valor justo nível I e nível II, e nem transferência entre avaliações de valor justo nível III e nível II.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 a Companhia classificou como nível I os saldos de caixa e equivalentes de caixa e os títulos e valores mobiliários e como Nível II o ativo financeiro.

c) Gestão de riscos

A Companhia está exposta a riscos inerentes à natureza de suas operações. Dentre os principais fatores de risco que podem afetar o negócio da Companhia, destacam-se:

- **Risco de crédito**

A Companhia mantém contrato com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados à rede básica a 420 usuários, com cláusula de garantia bancária.

- **Risco de preço**

As receitas da Companhia são, nos termos do contrato de concessão, reajustadas anualmente pela ANEEL, pela variação do IGP-M.

A administração da Companhia não considera relevante sua exposição aos riscos acima e, portanto, não apresenta o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade. Risco de taxas de juros

A Companhia pode sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre os contratos de financiamentos e ter redução de rentabilidade nas aplicações financeiras em renda fixa.

- **Risco de liquidez**

A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: - manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros e minimizar riscos de liquidez;

d) Operações com derivativos

A Companhia não possui contratos com operações financeiras com derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

17. Provisão para contingências

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a Companhia não possuía processos judiciais em aberto de natureza cível, trabalhista e tributária com risco de perda provável e/ou possível.

18. Benefícios a empregados

A Companhia e suas controladoras, em conjunto, oferecem aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: participação nos lucros, seguro de vida, assistência médica, vale transporte, vale refeição e plano de previdência privada de contribuição definida.

* * *

Conselho de Administração

Enio Luigi Nucci - Presidente

Marcelo Tosto de Oliveira Carvalho - Conselheiro

Wellington Lima Cristiano - Conselheiro

Lauro Sérgio Vasconcelos David - Conselheiro

Roberto Schafer de Castro - Conselheiro

Diretoria

José Renato Simões Machado - Diretor-técnico

Eduardo A.de Figueiredo - Diretor Adm.Financeiro

Contadora responsável

Flávia Miranda Silva Pereira
Contadora CRC N° MG-067247/0-2